

Assembléia Geral Ordinária, realizado no dia 24 de fevereiro de dois mil e dezenove. Cópia da Ata da Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul (COOPERBATATA) devidamente inscrita no CNPJ. n.º 03.585.024/0001-48, NIRE n.º 35400059982 em sessão de 10/12/1999 e registro na OCESP n.º 2849SP-0001 - extraído do livro de atas n. 03, páginas 133 à 137, realizada no dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro de 2019 (dois mil e dezenove), no local designado para reunião cito Associação Comercial e Industrial de Vargem Grande do Sul, à Rua São Jorge n.º. 90, no município de Vargem Grande do Sul, estado de São Paulo, às 08:00 horas, com 2/3 dos cooperados, em segunda chamada às 08:30 horas, com 50% cooperados e às 09:00 horas com qualquer número de cooperado, respeitado o mínimo de 10 (dez). Tendo início os trabalhos o Sr. Lucas Lemos Ranzani – Diretor Presidente, pediu para que eu Sr. Daniel Aurélio Gomes, secretariasse os trabalhos da presente assembléia. Em seguida pede para ao Sr. Lucas Aparecido Ferreira, Contador, que faça a leitura do edital de convocação publicado no Jornal “A Gazeta” de Vargem Grande do Sul - SP, cuja edição circulou no dia 09 (nove) de fevereiro de 2019 (dois mil e dezenove). No edital consta prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhado do parecer do conselho fiscal e auditoria externa; aprovação de contas do exercício 2018; destinação das sobras/perdas apuradas; eleição dos componentes do conselho de administração para o biênio 2019/2021; eleição dos componentes do conselho fiscal para o exercício ano 2019/2020 e fixação de honorários para a diretoria. Após Sr. Lucas Aparecido Ferreira, procede com a leitura da opinião da empresa de auditoria Inoveaud Auditores e Consultores S/S, assinado pelo Julio Cesar de Souza Nunes, contador, CRC ISP 186.234/O-2: *“Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul - Cooperbatata (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul - Cooperbatata em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria do exercício anterior: As demonstrações financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 2 de*



109

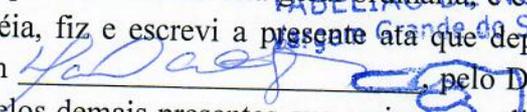


JUCESP PROTOCOLO
0.221.464/19-0

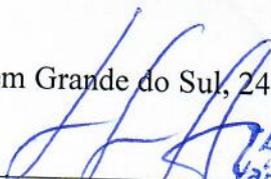
fevereiro de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

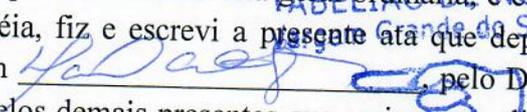
falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. (ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. (iii) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. (iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. (v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos". Após Sr. Lucas Aparecido Ferreira faz-se a leitura das demonstrações contábeis, cujo ativo e passivo em 31/12/2018 era de R\$ 59.920.830 (cinquenta e nove milhões, novecentos e vinte e mil, oitocentos e trinta reais) em 31/12/2017 era de R\$ 48.918.395 (quarenta e oito milhões, novecentos e dezoito mil, trezentos e noventa e cinco reais), total de ativo circulante em 31/12/2018 era de R\$ 42.990.283 e em 31/12/2017 era de R\$ 32.235.028, total de ativo não circulante juntamente com o imobilizado em 31/12/2018 era de R\$ 16.930.547 e em 31/12/2017 era de R\$ 16.683.367, total passivo circulante em 31/12/2018 era de R\$ 31.270.331 e em 31/12/2017 era de R\$ 22.355.930, total passivo não circulante em 31/12/2018 era de R\$ 5.054.661 e em 31/12/2017 era de R\$ 6.554.680 e patrimônio líquido em 31/12/2018 era de R\$ 23.595.838 e em 31/12/2017 era de R\$ 20.007.784, Sr. Lucas Aparecido Ferreira diz que neste valor do patrimônio líquido de 2018 estão às sobras apuradas do exercício a disposição da Assembléia. Após apresentou as demonstrações de sobras do exercício, tendo como sobra em 2018 R\$ 4.619.849 (quatro milhões, seiscentos e dezenove mil, oitocentos e quarenta e nove reais), deste valor existem reservas que devem ser feitas respeitando a lei do cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, sendo nos artigos 28 e 87, portanto foram destinados para a reserva legal 10% no valor de R\$ 461.984, RATES 5% R\$ 230.992, RATES - resultado com terceiros R\$ 412.090, utilizamos o RATES do ano anterior para assistências técnicas no valor de R\$ 217.650, além das reservas previstas em lei, criamos também em nosso estatuto social em seu artigo 51, 40% para reserva estatutária para ampliação e modernização, portanto foi destinado a esta reserva o valor de R\$ 1.492.973, restando uma sobra de R\$ 2.239.459, apresentou também as sobras apuradas em 2017 R\$

3.623.234 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil e duzentos e trinta e quatro reais), deste valor foram destinados para a reserva legal 10% no valor de R\$ 362.323, RATES 5% R\$ 181.182, RATES - resultado com terceiros R\$ 36.489, utilizamos o RATES do ano anterior para assistências técnicas no valor de R\$ 304.900, reserva para expansão no valor de R\$ 1.674.081 restando uma sobra de R\$ 3.348.161, na qual foram incorporadas 50% ao capital social, no valor de R\$ 1.674.081 e 50% para reserva para ampliação e modernização R\$ 1.674.081, conforme decisão da assembleia geral ordinária de 25 (vinte e cinco) de fevereiro de 2018 (dois mil e dezoito). Sobre as sobras apresentadas em 2018, a diretoria propõe que seja capitalizado o valor R\$ 1.866.216 e R\$ 373.243 destinado a reserva estatutária para ampliação e modernização. Sr. Lucas Lemos Ranzani pede para fazer votação em descoberto, em seguida pede para manifestar os cooperados que são contra a destinação das sobras de 2018, não havendo nenhuma manifestação deu-se aprovado por unanimidade. O balanço patrimonial recém-aprovado segue como seu anexo. Após Sr. Lucas Lemos Ranzani passa a palavra para o Sr. Lucas Aparecido Ferreira, contador, onde pede para deixar a mesa os cooperados que fazem parte da chapa e chama dois cooperados para compor a mesa. A mesa é composta por Fabio José Toderro e Marcelo Ismael Cazarotto, a chapa única ficou composta da seguinte maneira: Para a diretoria executiva e conselho administrativo ano 2019-2021 os cooperados: Diretor - presidente LUCAS LEMOS RANZANI, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Quinze de Novembro, nº 936, portador do RG. nº 23.935.696-2 SSP/SP, e CPF. nº 264.476.688-50, Diretor - vice-presidente CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Major Correa, nº 353, portador do RG. nº 5.347.553-7 SSP/SP, e CPF. nº 423.301.228-53, e demais membros do conselho administrativo: DECIO LONGUINI DE ANDRADE DIAS, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Raimundo Novais Gomes, nº 157, portador do RG. nº 34.837.615-7 SSP/SP, e CPF. nº 305.308.318-30; WALTER JOSUE GOMES RUY, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Jose Moreira, nº 132, portador do RG. nº 6.945.764-5 SSP/SP, nº 615.891.448-72; JOSE DONIZETTI GOMES, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Cel. Mariano Parreira, nº 205, portador do RG. nº 16.863.440-5 SSP/SP, e CPF. nº 088.631.198-56; CLAUDINEI DONIZETTE CANELA, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Janda, nº 297, portador do RG. nº 24.878.642-8 SSP/SP, e CPF nº 171.903.428-18; LUIS PAULO GOMES, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Eurico Villela, nº 60, portador do RG. nº 40.122.741-8 SSP/SP, nº 368.329.578-31; JOSE PAULO ZAN, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Francisco Ribeiro Carril, nº 902, portador do RG. nº 12.859.521-8 SSP/SP, nº 038.364.498-46; JULIO CESAR CANELA, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Alvorada, nº 389, portador do RG. nº 30.079.127-6 SSP/SP e CPF. nº 302.383.048-76.

Para membros do conselho fiscal ano 2019-2020, titulares: DANIEL ROSSETO, brasileiro, divorciado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Luis Sbardelini, nº 300, portador do RG. nº 34.121.831-5 SSP/SP; PEDRO MARAO NETO, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à João Garcia Leal, nº 43, portador do RG. nº 48.503.215-6 SSP/SP e CPF. nº 350.026.308-98; HELIO DONISETTI LOPES DE ALMEIDA, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Alvorada, nº 80, portador do RG. nº 6.411.755-8 SSP/SP e CPF. nº 016.320.908-13, suplentes: JOSE FLAVIO SIQUEIRA DO AMARAL, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Professor Henrique de Brito Novaes, nº146, portador do RG. nº 17.421.112-0 SSP/SP, e CPF. nº 574.064.809-20; RUDNEY RICARDO DOTA, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de São Joao da Boa Vista - SP, à Rua Presidente Franklin Roosevelt, nº 248, portador do RG. nº 32.338.713-5 SSP/SP e CPF. nº 282.872.308-96 e TADEU APARECIDO DA COSTA, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Vargem Grande do Sul - SP, à Rua Leoba Kemp Peixoto, 250, portador do RG. nº 22.260.316-1 SSP/SP, e CPF. nº 119.049.048-07. As cédulas conferidas com o livro de presença eram numero 27, foram apurados vinte e seis votos a favor e um nulo. Sendo assim, fica eleita a chapa única, com os membros descritos acima. Após Sr. Lucas Lemos Ranzani passa a dizer que desde em novembro de 2015 o conselho administrativo decidiu que o diretor presidente deveria estar presente todos os dias na cooperativa e passasse a ser remunerado, os demais diretores não recebem qualquer valor a titulo de honorário, pede para fazer votação em descoberto, em seguida pede para manifestar os cooperados que são contra este honorários, não havendo nenhuma manifestação, deu-se aprovado por unanimidade. Nada havendo mais a tratar na presente assembleia geral ordinária, e eu Daniel Aurélio Gomes, secretario da assembleia, fiz e escrevi a presente ata que depois de lida e se aprovada vai assinada por mim  pelo Diretor-Presidente Sr. Lucas Lemos Ranzani, e pelos demais presentes que assinaram o livro de presença. Jose Paulo Zan, Carlos Alberto de Oliveira Filho, Neide Aparecida Gomes, Francisco Donizete Dotta, Claudinei Donizette Canela, Julio Cesar Canela, Jose Ricardo Dotta, Jose Donizette Gomes, Jose Flavio Siqueira do Amaral, Jose Francisco Gomes, Roberto Carlos Benini, Glaucio Canela, Lucas Daniel Franco de Oliveira, Paulo Canela, Marcelo Ismael Cazarotto, Osmar Galbier, Ana Lucia da Costa Galbier, Vanderlei Dotta, Fabio Jose Toderro, João Alcindo Gomes, Helio Donisetti Lopes de Almeida, Carlos Cesar Salera Garcia, Paulo Zan, Ângela Maria de Oliveira Marão e Sergio Donizetti Canela. Esta ata é copia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Vargem Grande do Sul, 24 de fevereiro de 2019.


Lucas Lemos Ranzani
Diretor-Presidente


DANIEL AURÉLIO GOMES
Vargem Grande do Sul-SP




JUCESP



Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul - Cooperbatata
CNPJ. n.º 03.585.024/0001-48, NIRE n.º 35400059982 em sessão de 10/12/1999 e registro na OCESP n.º 2849SP-0001

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais

	2018	2017	2018	2017
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9.176.965	9.088.592	15.979.721	10.059.037
Contas a receber	11.528.638	6.590.423	2.342.959	1.943.982
Estoques	20.874.556	15.207.872	519.750	579.722
Impostos e contribuições a recuperar	1.221.074	1.080.722	78.065	66.452
Adiantamentos a fornecedores	124.277	206.361	390.854	602.229
Despesas antecipadas	64.772	61.059	11.780.719	8.882.014
Total do ativo circulante	42.990.283	32.235.028	178.263	222.495
Não circulante				
Investimentos	283.898	9.780	4.838.660	6.554.680
Imobilizado	16.640.409	16.667.290	216.000	-
Intangível	6.240	6.297	5.054.660	6.554.680
Total do ativo não circulante	16.930.547	16.683.367		
Total do ativo	59.920.830	48.918.395	23.595.839	20.007.784
			59.920.830	48.918.395
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos				
Fornecedores				
Salários e encargos sociais				
Obrigações tributárias				
Obrigações com cooperados				
Venda para entrega futura				
Outras obrigações				
Total do passivo circulante				
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos				
Provisão para contingências				
Total do passivo não circulante				
Patrimônio líquido				
Capital social			14.691.184	14.164.534
Reserva legal			2.081.778	1.504.157
Reserva para expansão			3.940.336	773.282
RATES			643.083	217.651
Sobras à disposição da AGO			2.239.458	3.348.160
Total do patrimônio líquido			23.595.839	20.007.784
Total do passivo e patrimônio líquido			59.920.830	48.918.395

Total do ativo

Total do passivo e patrimônio líquido

Lucas Lemos Ranzani – Diretor Presidente
CPF 264.476.688-50


Lucas Aparecido Ferreira - Contador
CPF 326.435.588-47 – CRC 1 SP 294.907/O-0